

ENSAIO PRELIMINAR SOBRE AS FLORESTAS CULTURAIS E OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE MANGARATIBA/RJ¹

Bruna Silva da Conceição²
Karine Bueno Vargas³

Resumo: Este trabalho tem o intuito de promover a discussão sobre o conceito de Floresta Cultural a partir do contexto de dois territórios tradicionais, o Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e o Quilombo da Marambaia - o primeiro situado no continente e o segundo em zona insular - ambos pertencentes ao bioma da Mata Atlântica localizados no município de Mangaratiba na região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro. em o objetivo de analisar em ensaio preliminar como tais comunidades tradicionais contribuem para a conservação do bioma da Mata Atlântica em diferentes circunstâncias, visando expor os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em seus territórios, referente a suas práticas tradicionais de manejo. A metodologia caracteriza-se por qualiquantitativa, no método quantitativo foram consultados os dados cartográficos referente ao uso e cobertura da terra na Plataforma MapBiomas (Coleção 10 – 1985 e 2024), o *shapefile* da delimitação dos territórios quilombolas consultados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo assim trabalhados e calculados as classes de cobertura no software Qgis versão 28 ; o método qualitativo foi embasado a partir de levantamento bibliográfico sobre o conceito de Floresta Cultural, Territórios Quilombolas, Biogeografia Cultural destacando-se também a consulta ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Concluindo assim que a delimitação do território tradicional do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e do Quilombo da Marambaia cooperam para a conservação do bioma da Mata Atlântica e seus serviços ecossistêmicos.

Palavras-chave: Florestas Culturais; Território Quilombola; Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, Quilombo da Marambaia, Mata Atlântica.

Abstract: This work aims to promote a discussion about the concept of Cultural Forest in the context of two traditional territories, Quilombo Santa Justina/Santa Izabel and Quilombo da Marambaia - the first located on the mainland and the second on an island - both belonging to the Atlantic Forest biome, located in the municipality of Mangaratiba in the Costa Verde region of the state of Rio de Janeiro. The

¹ Este trabalho é fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ). Email: bruna.conceicao@fiocruz.com.br

³ Docente Titular de Geografia do Curso de Geografia e de Pós Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ). Email: karinevargas@gmail.com



objective is to analyze in a preliminary essay how these traditional communities contribute to the conservation of the Atlantic Forest biome in different circumstances, aiming to expose the challenges faced by quilombola communities in their territories, regarding their traditional management practices. The methodology is characterized as quali-quantitative, with quantitative data collected from cartographic data on land use and cover on the MapBiomas Platform (Collection 10 - 1985 and 2024), and shapefile data on the delimitation of quilombola territories consulted at the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), worked on and calculated in Qgis software version 28. The qualitative method was based on a bibliographic survey on the concept of Cultural Forest, Quilombola Territories, and Cultural Biogeography, also highlighting the consultation of the Technical Report of Identification and Delimitation (RTID) of INCRA. Concluding that the delimitation of the traditional territory of Quilombo Santa Justina/Santa Izabel and Quilombo da Marambaia cooperates for the conservation of the Atlantic Forest biome and its ecosystem services.

Keyword: Cultural Forest; Quilombola Territory; Quilombo Santa Justina/Santa Izabel; Quilombo da Marambaia; Atlantic Forest.

INTRODUÇÃO

A partir do contexto histórico da criação de áreas protegidas e da evolução da legislação ambiental brasileira, verificou-se influência estadunidense direta nos modelos replicáveis no Brasil, partindo do pressuposto que para a natureza ser conservada, é preciso que não haja presença humana. Nos planos de manejo da maioria das Unidades de Conservação (UCs), consta em sua estratégia as chamadas “Zonas de Amortecimento”, que são faixas estabelecidas de forma que contenham os impactos negativos das atividades antrópicas para que não afetem as áreas protegidas junto a fauna e flora contidas nas UCs (BATISTA; NETO; PAULA; PEREZ, 2023).

Por outro lado, as frentes conservacionistas brasileiras ignoram o fato de que os biomas brasileiros, apesar da influência dos fatores externos como clima, solo, altitude, entre outros, na verdade são grandes jardins pensados, arquitetados e cultivados a muitos séculos atrás por mãos ancestrais. As florestas são o que são por conta das importantes civilizações e povos tradicionais que construíram e que estão até os dias presentes seguindo com a conservação e vivendo em equilíbrio (DIEGUES, 1999).

A contrapor as convenções ambientais tradicionais, verifica-se que as florestas naturais são Florestas Culturais informadas pela cultura de diferentes povos que desenvolveram práticas sociais adequadas e conhecimentos sobre esses ecossistemas e utilização de seus recursos numa ampla gama de formas de manejo que garantem a sustentabilidade (FURLAN, p. 4, 2006). Isto é, as populações tradicionais estão em total equilíbrio com a natureza, já que seu modo de vida



se relaciona com os ciclos naturais e o manejo da terra, contribuindo para a promoção de importantes benefícios socioambientais. A cultura perpassa as florestas culturais, pois com o seu saber, os produtores tradicionais destacam-se como os povos que ainda cultivam e conservam a variabilidade genética de espécies olerícolas, frutíferas, florestais e medicinais (THEVENIN, p. 52, 2019).

No contexto do bioma Mata Atlântica, considerado com um dos *hotspots* de biodiversidade mais conhecidos do mundo, este possui grandes desafios para sua preservação e conservação (BRANCO, 2021). De acordo com o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD) (2023), a Mata Atlântica teve um percentual de 12.094 ha desmatados, estando em sexto lugar como o bioma mais afetado em 2023, apresentando queda de 59% comparado ao ano anterior. Mais um bioma brasileiro que infelizmente possui a marca da devastação em seu histórico e também no tempo presente.

O Estado do Rio de Janeiro está situado no bioma da Mata Atlântica e possui 32% de cobertura nativa (MAPBIOMAS, 2023), sendo uma das principais regiões da colonização Européia do Brasil, abarcando uma das áreas mais densamente ocupadas. A interferência humana na paisagem a partir de tecnologias de baixo impacto ambiental – o extrativismo – foram promovidas muito antes da chegada da devastação colonial que ocorreu através da invasão do ocidente, onde os povos indígenas e povos oriundos da África foram sequestrados e escravizados para cultivar plantações de cana de açúcar, de café e extrair ouro (COELHO JUNIOR, 2023).

Apesar do termo “vegetação nativa” ser muito utilizado na área ambiental, é interessante fazer a reflexão de que na verdade, este possui resquício colonialista. Já que, anteriormente, o bioma da Mata Atlântica foi ocupado pelos indígenas de variadas etnias em sua extensão, porém se sucedeu o período colonial onde grande parte da vegetação antes conservada foi devastada e por conseguinte vieram as grandes ocupações das metrópoles e urbanização sem planejamento que agravou o estado de conservação da vegetação.

Neste contexto, o município de Mangaratiba localizado na região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro é conhecido por suas belezas naturais, o que atrai um grande contingente de pessoas para o turismo, sendo uma das principais atividades que movimentam a economia da cidade. Portanto, em meados do século XX, o turismo se torna a principal fonte de movimentação da economia de Mangaratiba por conta da abertura das rodovias RJ-14 e da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) (CONCEIÇÃO, p. 12, 2023).



Cerceado pela Serra do Mar, além de mananciais e grandes fragmentos de florestas ombrófilas densas. Em meio a tantas riquezas naturais, há também espaço para a ganância, impactos ambientais de grandes empreendimentos – especulação imobiliária sobretudo de resorts de luxo, mineradora Vale S.A., Porto de Itaguaí, entre outros. As dinâmicas territoriais presentes, demonstram falta de compreensão dos órgãos ambientais locais, como também a promoção para a exclusão e invisibilidade dos territórios quilombolas existentes: o Quilombo Santa Justina/Santa Izabel localizado no continente e o Quilombo da Marambaia situado em zona insular.

O objetivo do trabalho consiste em analisar como os territórios tradicionais do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e do Quilombo da Marambaia cooperaram para conservar o bioma da Mata Atlântica no município de Mangaratiba.

METODOLOGIA

Para construir este trabalho foi utilizado o método quali-quantitativo. Na metodologia qualitativa, foi realizado o levantamento bibliográfico relacionado aos conceitos de Floresta Cultural, Biogeografia Cultural, Povos Tradicionais, bem como pesquisas que envolvam o Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e Quilombo da Marambaia. Para além de pesquisas científicas, também foi analisado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que promove a análise agroambiental dos territórios quilombolas. Na metodologia quantitativa, para executar a análise temporal de uso e cobertura de terra do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e do Quilombo da Marambaia, utilizou-se os dados secundários da Plataforma MapBiomas Coleção 10 dos anos de 1985 e 2024.

A metodologia foi dividida em fases de acordo com o fluxograma abaixo (figura 1):

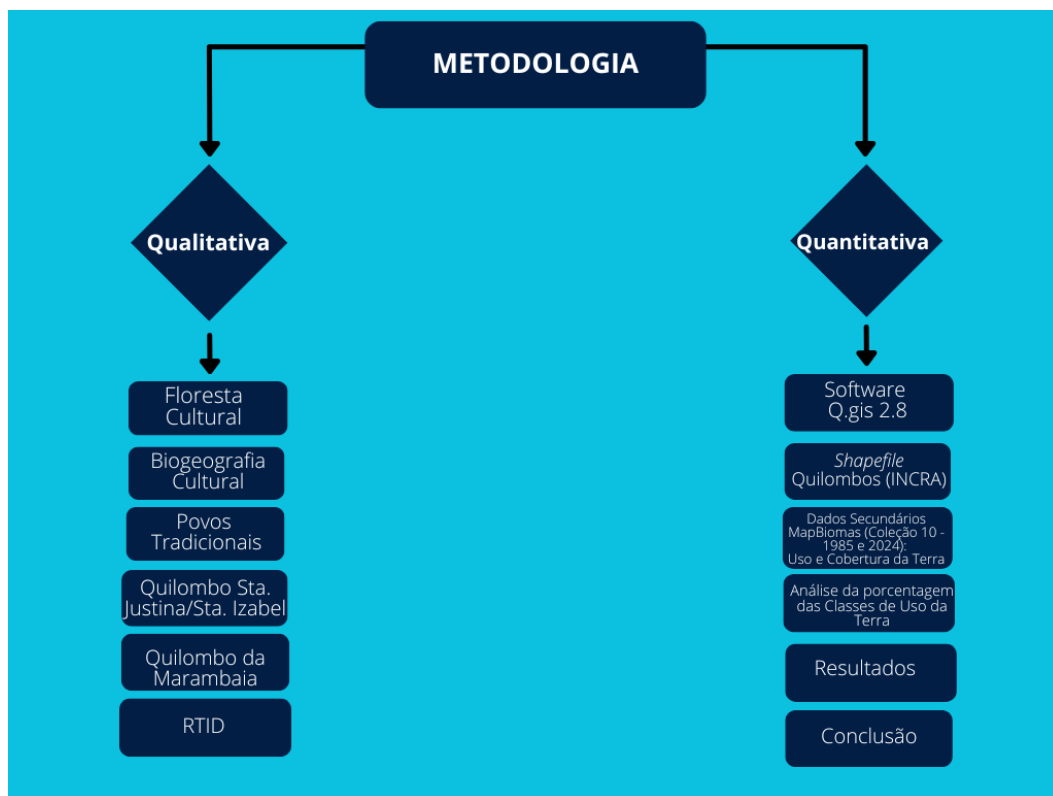


Figura 1: Fluxograma do Método Qualiquantitativo
Fonte: Elaboração da autora (2025)

REFERENCIAL TEÓRICO

Os povos tradicionais são pessoas descendentes seja dos povos originários - que já habitavam o Brasil - e africanos que foram sequestrados e levados por meio do oceano atlântico, onde possuem o seu modo de vida que são consideradas como práticas tradicionais que estão atreladas aos ciclos da natureza e sua preservação que fazem parte de sua cultura, identidade, história constituindo assim o seu território. Isto é, estas pessoas e a natureza são uma só, transformando o espaço em lugar (CONCEIÇÃO, 2023).

Vargas e Lawall (2024) discorrem que para além do discurso clássico da Biogeografia, através de novos estudos, vozes e aprofundamento, surge a Biogeografia Cultural onde é proposto a articulação da Biogeografia com a temática dos estudos decoloniais. Autores e autoras vêm avançando no que se trata da problematização da natureza intocada (DIEGUES, 1994), descolonização da natureza, racismo ambiental e o próprio epistemicídio. Levantando a questão da crise da gestão das unidades de conservação que não intercalam uma gestão

colaborativa com os povos tradicionais, promovendo assim a inserção da inclusão social na conservação da natureza.

O antropólogo William Balée em *“Footprints of the Forest: Ka’apor Ethnobotany—the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People”* (1994), cria o conceito de Florestas Culturais a partir da Amazônia, onde conclui-se que as florestas possuíam interações socioecológicas, resultando na domesticação de paisagens e de populações de espécies. Isto é, estudos comprovam que civilizações amazônicas milenares com sua organização social detinham a natureza como seu recurso, conseguiam conviver de modo equilibrado e conservá-la. Contrapondo a Ecologia crua e qualitativa, a conservação da natureza se dá por meio das mãos e inteligência ancestral. Demonstrando como as florestas amazônicas foram “arquitetadas” no passado e como muito do que conhecemos atualmente é parte fundamental das práticas que essas pessoas desenvolveram.

A geógrafa Sueli Angelo Furlan vem desenvolvendo com sua experiência e participação no *“Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais”* desde a década de 80 diálogos e reflexões sobre esta temática, enfatizando a questão dos bosques comunitários e chamando a atenção de que os modelos conservacionistas, que não são suficientes para se pensar a proteção da natureza. É preciso que haja o retorno ao aprendizado e audição dos povos tradicionais e toda sua tecnologia ancestral para com a natureza. São paisagens formadas pela cultura, contendo diferentes camadas do tempo biológico e sociocultural (FURLAN; SOUZA; LIMA; SOUZA 2016, p. 109).

Diegues (1999) retrata que as intervenções das populações tradicionais passadas e presentes são caracterizadas pelo **a)** conhecimento dos recursos naturais, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo, geralmente transferido de geração em geração por via oral; **b)** noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; e **c)** moradia e ocupação desse território por várias gerações. Partindo do pressuposto da interação dos povos tradicionais com seu território, eis a Biogeografia Cultural onde os territórios atuais que guardam importantes remanescentes da biodiversidade são o resultado de processos históricos.

APROFUNDAMENTO

Após a proibição do tráfico negreiro no Brasil com a Lei de 7 de novembro de 1831, a Família Souza Breves, uma das principais famílias escravocratas do Brasil, continuaram a executar a atividade de forma clandestina e ilegal. Com o rompimento do Cais do Valongo

localizado no centro do Rio de Janeiro, essas pessoas foram levadas para outras regiões mais afastadas, os Breves possuíam grandes fazendas na Ilha da Marambaia e no litoral sul fluminense. Regiões como a Ilha da Marambaia e Angra dos Reis foram tidas como barracões para quarentena e “lugares de engorda” (PESSOA, 2013) para que posteriormente essas pessoas fossem levadas para o Porto do Saco, localizado em Mangaratiba atualmente conhecido como a Praia do Saco e também seguissem para as fazendas acima localizadas nas serras de Mangaratiba e também no Vale do Paraíba (CONCEIÇÃO, 2023.)

As terras que antes já eram habitadas pelos povos indígenas da região, sofreram bruscas alterações com o plantio do café e cana de açúcar (PESSOA, 2013). Com a procura do ouro e a atividade escravagista decaindo no Estado do Rio de Janeiro, essas fazendas foram deixadas por seus donos, restando apenas as pessoas escravizadas e seus remanescentes que trabalharam incansavelmente nestas terras. Sendo assim, em Mangaratiba, são formados os dois quilombos: O Quilombo da Marambaia e o Quilombo de Santa Justina/Santa Izabel, constituídos por descendentes de escravizados africanos.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID, 2015) que foi elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Quilombo da Marambaia possui área total titulada de 52,9939 ha, com 124 famílias cadastradas e está situado na Ilha da Marambaia, tendo como principal prática a atividade pesqueira. A conservação da Mata Atlântica no território se faz presente, há uma extensa área florestal preservada, composta por vegetação de restinga e de mangues em excelente estado de conservação (RTID, 2015). De acordo com Souza (2007), a Restinga da Marambaia fora do contexto do território tradicional encontra-se em processo de devastação, ao contrário da área delimitada pelo Quilombo da Marambaia, onde a mesma está em estado pleno de conservação. Vale destacar, que a Ilha da Marambaia, não é apenas território tradicional, é também compartilhada com a área militar (ARRUTI, 2006).

Nesta divisão da Ilha da Marambaia entre o território quilombola e a área militar, ocorrem conflitos territoriais onde as práticas tradicionais – as roças - dos quilombolas desenvolvidas antes da chegada da Marinha na década de 70, atualmente são impedidas pela mesma. De acordo com Souza (2011), é retratado o caso de racismo ambiental sofrido pela comunidade por meio de uma denúncia efetuada através da ONG Koinonia para a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Onde, por mais que no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) acordado pela Associação de Remanescentes de Quilombo da Marambaia (ARQIMAR), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) e pelo Comando da Marinha, consta em seu subitem 8.1 a salvaguarda da continuidade da prática da agricultura no território.

Destacando a referente denúncia, a proibição das roças do território quilombola por meio da Marinha, verifica-se que tal ação corrobora para a perda de identidade da comunidade referente a uma de suas práticas tradicionais mais importantes, de seu próprio sustento e da própria conservação da Mata Atlântica na delimitação de seu território. Tal prática, é indicada como a causa para a degradação ambiental no interior da Ilha da Marambaia, sendo que os treinamentos da Marinha onde envolvem queimadas e derrubada de árvores causam maior impacto ambiental, em uma área considerada como local de preservação da diversidade biológica e patrimônio histórico (SOUZA, 2011).

O Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, de acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID, 2020) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possui 69 famílias, totalizando 202 pessoas em uma extensão de 1.358,53 ha. Compondo a paisagem do território, há uma extensa área de várzea com aproximadamente 300 hectares, que acompanha a margem direita do rio do Saco que se eleva a oeste pelas encostas da Serra do Gaspar e ao norte pelas encostas da Serra da Cachoeira, tendo o ponto culminante a 838m de altitude.

A várzea do território é ocupada em sua grande maioria por pastagem por conta da presença de uma empreiteira no território quilombola, mas há também a presença de grande cobertura florestal ombrófila densa nos campos de altitude e na baixada. É importante frisar a existência de uma pequena área de manguezal que continua sendo conservada pela delimitação do quilombo. No Quilombo Santa Justina/Santa Izabel a agricultura familiar é a principal atividade econômica, onde a produção agroecológica se sucede por meio dos sítios/roças e quintais agroflorestais de cada família quilombola. Tendo uma vasta variedade de indivíduos arbóreos frutíferos, roças (produtos agrícolas), ervas medicinais, os quais contribuem para a aparição de espécies de animais silvestres como gambá, a onça parda, a capivara, o quati, o cachorro do mato, lagarto, aves em geral, entre outros (CONCEIÇÃO, 2023).

A partir do manejo da terra pertencente ao Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, é possível associar as práticas sustentáveis dos quintais agroflorestais (QAFs) que vão contra a lógica da monocultura, atreladas a conservação da Bacia Hidrográfica do Rio do Saco e preservação da Mata Atlântica. Sendo caracterizado como parte dos Sistemas Agroflorestais (SAF's), por possuírem um papel relevante para equilibrar a oferta de produtos agrícolas e florestais com a prestação de serviços ambientais (PASSOS, 2003). Os quintais agroflorestais

(QAF's) tornam-se componentes importantes para o manejo inteligente desta bacia hidrográfica que ocasiona na expansão da cobertura vegetal, conservação do solo e qualidade hídrica.

Enfatizando assim a importância e influência da floresta para os recursos hídricos (LIMA, 2008). Em suma, para a presente área e até mesmo em comparação com a degradação ocasionada há 50 anos atrás na localidade, é possível refletir que a conservação da natureza não precisa pertencer a ideia da natureza intocável (ALCORN, 1993). A humanidade e a natureza podem conviver em plena harmonia, considerando o desenvolvimento sustentável relacionado as práticas das comunidades tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados secundários coletados através do Projeto Mapbiomas Brasil, foi possível reconhecer as informações do uso e cobertura da terra do ano de 1985 e 2024, sobrepondo a delimitação do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel e para o Quilombo da Marambaia.

Referente ao Quilombo Santa Justina/Santa Izabel. Assim, foram identificadas 06 classes de uso do solo para o ano de 1985, sendo: I - Formação Florestal, II- Campo Alagado e Área Pantanosa, III- Pastagem, IV – Mosaicos de Uso, V- Outras Áreas Não Vegetadas e VI- Restinga Arbórea. E Para o ano de 2024 foram identificadas 05 classes, sendo I - Formação Florestal, II- Campo Alagado e Área Pantanosa, III- Pastagem, IV – Mosaicos de Uso, e V- Restinga Arbórea (figura 3 e 4).

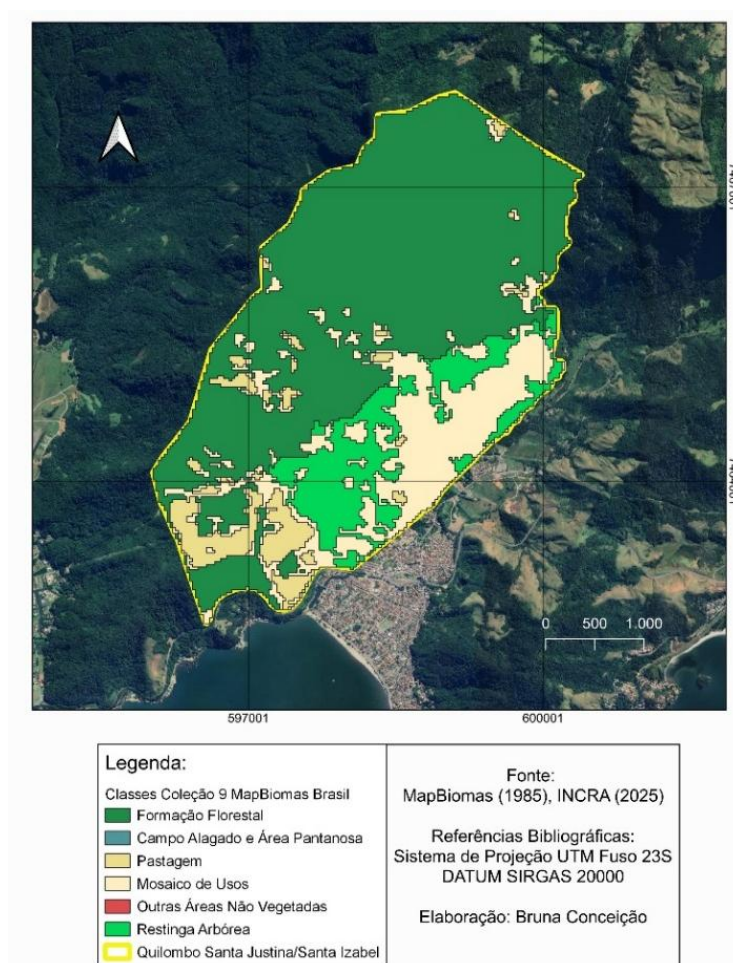


Figura 3: Mapa de Uso e Cobertura do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, Mangaratiba/RJ – 1985
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

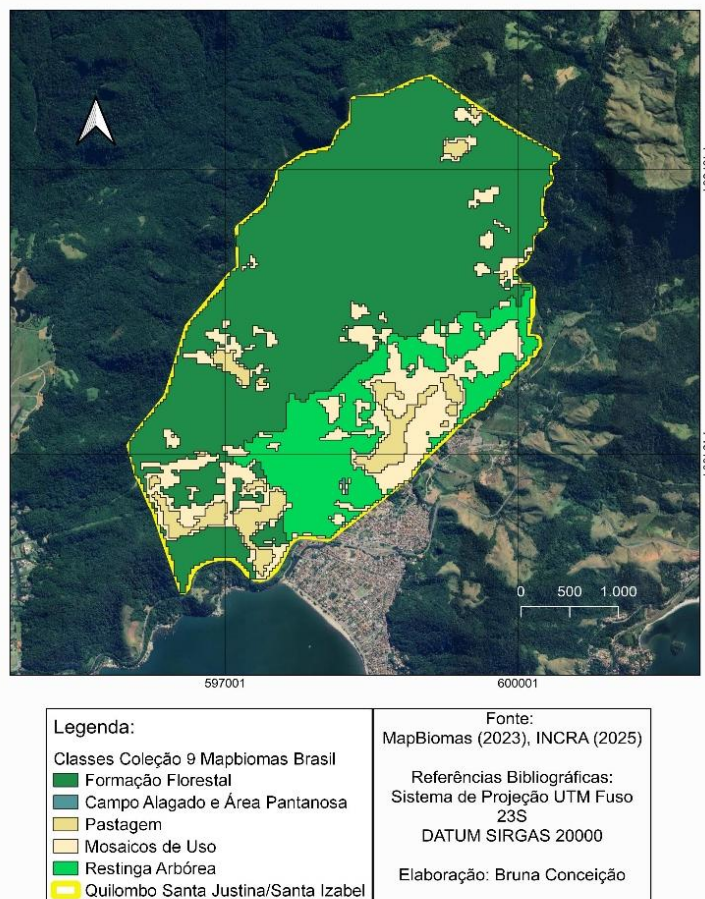


Figura 4: Mapa de Uso e Cobertura do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, Mangaratiba/RJ – 2024
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Partindo da análise temporal entre os mapas do ano de 1985 e de 2024 referente ao uso e cobertura de terra na delimitação do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel houveram crescentes positivos, sendo a Formação Florestal em 1985 para 2024 de 844,53 ha para 876,40 ha, a Restinga Arbórea de 154,76 ha para 229,32 ha. As classes de Pastagem e Mosaicos de Uso tiveram um déficit a partir da crescente da classe de Formação Florestal. De 1985 para 2024 a classe da Pastagem caiu de 94,74 ha para 41,95 ha e a classe Mosaicos de Uso caiu de 270,04 ha para 213,02 ha.

Com relação ao Quilombo da Marambaia, os dados secundários levantados no Projeto MapBiomas, que foram processados no *software Qgis*, tanto no mapa de uso e cobertura da terra correspondente ao ano de 1985 quanto para o ano de 2024, foram identificadas 05 classes.

Sendo estas, I– Formação Florestal, II- Pastagem, III- Mosaicos de Uso, IV- Rio, Lago e Oceano e V- Restinga Arbórea (figura 5 e 6).

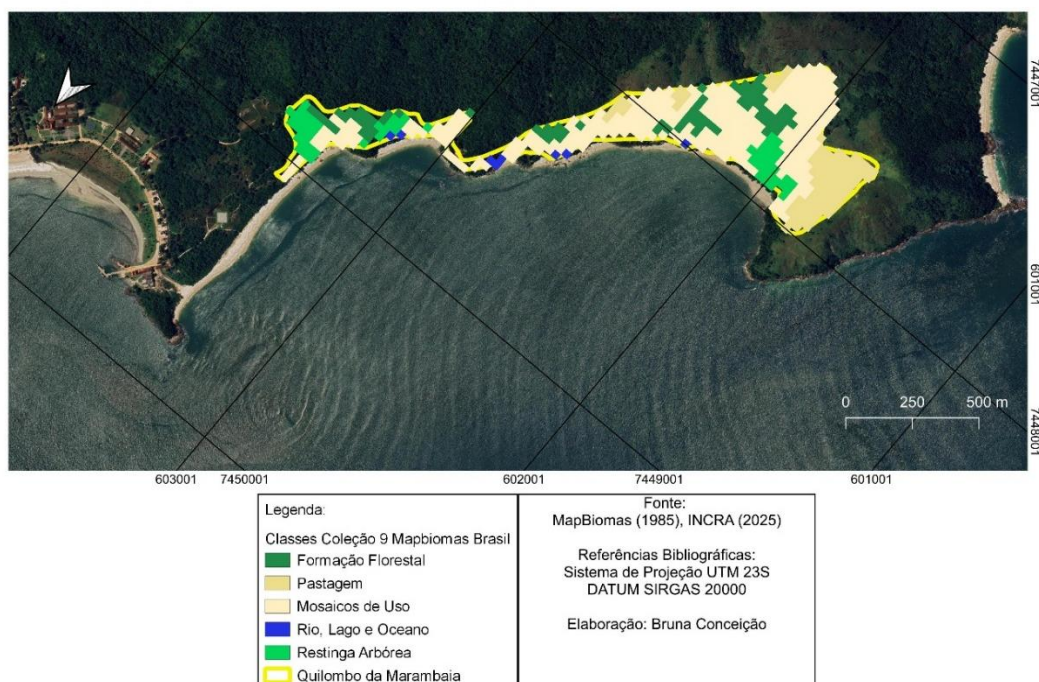


Figura 5: Mapa de Uso e Cobertura do Quilombo da Marambaia, Mangaratiba/RJ – 1985
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

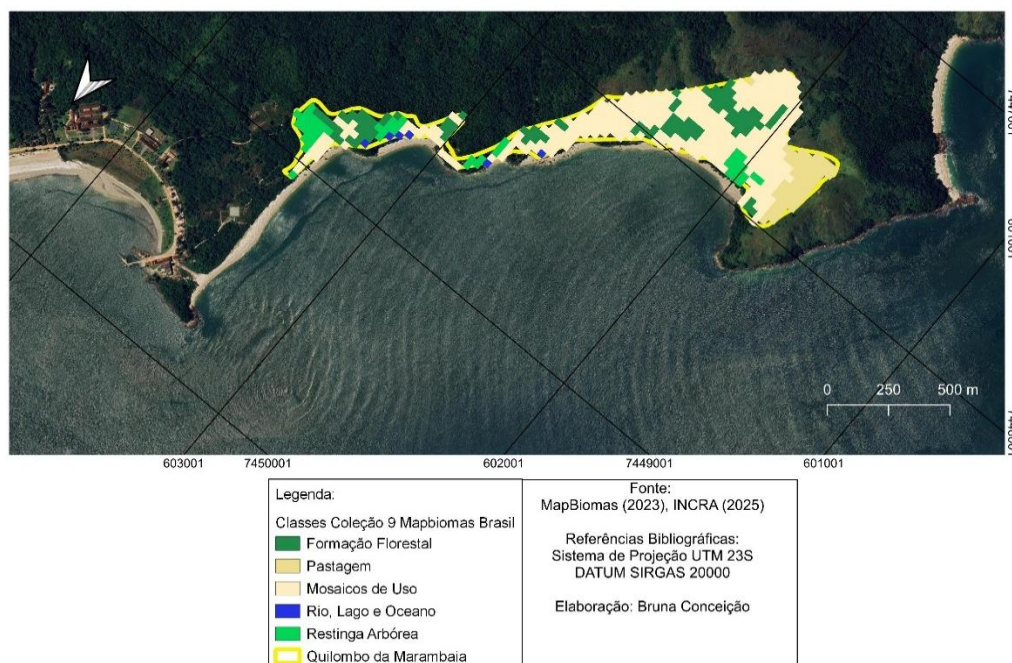


Figura 6: Mapa de Uso e Cobertura do Quilombo da Marambaia, Mangaratiba/RJ – 2024
Fonte: Elaborado pela autora (2025)



A partir da análise temporal entre os mapas do ano de 1985 e do ano de 2024 referente ao uso e cobertura de terra na delimitação do Quilombo da Marambaia, observa-se que a classe de Formação Florestal aumentou consideravelmente de 5.066 ha para 8.698 ha, já a classe de Restinga Arbórea manteve-se com 5.151 ha, as Classes de Mosaico de Usos aumentaram de 26.179 ha para 28.628 ha.

Portanto, com essa negociação, os quilombolas da Marambaia utilizam esta área estritamente para moradia, estas que no acordo devem ser licenciadas pelo órgão ambiental local e no próprio Termo de Ajuste de Conduta (TAC). No subitem 8.1 do próprio TAC, a prática de manejo de terra, que sempre foi pertencente a esta comunidade tradicional para além da pesca artesanal, é assegurada a continuidade da agricultura. Porém, não existem mais grandes roças como no passado antes da chegada da Marinha nos anos 70 (SILVA, 2021). Corroborando assim para a limitação do uso territorial e a proibição das práticas tradicionais que ali existiam para progredir na conservação ambiental a partir da sistemática de Sistema Agroflorestal (SAF).

As áreas de zoneamento da Ilha da Marambaia estão destacadas no mapa disponibilizado pelo Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM). Considerando as áreas do mapa, a área destacada em vermelho se dirige a Área de Treinamento da Marinha, em verde está a Área de Adestramento da Marinha, em azul está a Área de Estacionamento de Tropa e em amarelo estão as Áreas de Moradia dos Quilombolas junto ao Aquartelamento da Marinha. Portanto, a partir do mapa disponibilizado pelo Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) da Marinha, percebe-se que a área disposta (R2) para o Quilombo da Marambaia é muito menor comparando com a área pertencente a Marinha (SOUZA, 2021). (figura 7).



Figura 7 – Demarcação das Áreas da Ilha da Marambaia

Fonte: (SOUZA, 2021)

Desde o período colonial as terras da Costa Verde sofrem com a exploração contínua de seus recursos naturais, seja para fomentar matéria prima ou alimento ao mundo ocidental. É verificado que tanto o Quilombo da Marambaia quanto o Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, territórios tradicionais do município de Mangaratiba, cooperam para conservação da Mata Atlântica tanto em zona insular como também em área continental. Suas práticas tradicionais e manejo ancestral com a agricultura familiar através de roças, quintais agroflorestais e a pesca artesanal, apesar de influências externas, auxiliam na conservação das mananciais, manguezais, restingas e florestas tropicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referente ao Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, é possível perceber que houve um aumento na classe de Formação Florestal. Isto é, tal formação se desenvolveu a partir das práticas de quintais agroflorestais promovido pela configuração de agricultura familiar deste território quilombola, cooperando para o retorno da vegetação secundária, remanescente da Mata Atlântica. Porém, em contrapartida, estas mesmas classes ainda estão presentes mesmo em parcelas menores. Tais dados refletem a permanência da Empreiteira Ecoinvest LTDA na



direção sudeste do mapa, onde a classe de Pastagem e Mosaicos de Uso ainda permanecem bem latente no território quilombola.

No Quilombo da Marambaia foi observado um aumento na classe de Pastagem sob a classe de formação florestal e restinga arbórea. Ou seja, no histórico de luta do Quilombo da Marambaia, a partir da criação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) acordado entre a Marinha, INCRA, MPF e a comunidade a partir da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), de acordo com o item 3 foi acordado a repartição de área a ser ocupada pelos quilombolas, sendo assim a área voltada exclusivamente para construção de núcleos familiares - Área R2 destacada no mapa do CADIM -.

Logo, nota-se que, a Mata Atlântica presente em Mangaratiba apesar de ter o seu histórico de degradação no passado, segue sendo conservada por essas comunidades tradicionais na delimitação de seus territórios, apesar do embate presente também dos fatores externos. As florestas culturais do Quilombo da Marambaia e do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel foram e são constituídas pelo simbólico e pelo pertencimento com que estas pessoas trabalham com a terra, constituído pelos seus saberes ancestrais, identidade, cultura e manejo. Estas florestas são usadas e reconstruídas pelo saber destas comunidades quilombolas, seja no continente ou na zona insular.

Com base nos resultados apresentados, é possível compreender que os territórios quilombolas de Santa Justina/Santa Izabel localizado no continente de Mangaratiba e da Ilha da Marambaia localizado na zona insular do município, apesar de suas práticas de manejo da terra serem de baixo impacto, ainda assim possuem grandes dificuldades de desenvolvimento perante aos conflitos territoriais que se apresentam. Seja pelo controle militar, falta de compreensão dos órgãos ambientais, pela degradação ambiental disfarçada de progresso e avanço na região que serve exclusivamente a classe de maior poder aquisitivo. A delimitação do território destas comunidades tradicionais auxiliam na conservação da Mata Atlântica e de seus diferentes ecossistemas associados.

Os territórios quilombolas supracitados tem em suas mãos, nas suas práticas tradicionais, as sementeiras para a continuidade da conservação da Mata Atlântica na região da Costa Verde. Já que estes estiveram sempre presentes muito antes dos grandes empreendimentos e órgãos adentrarem ao território (PESSOA, 2013). Portanto, o Quilombo Santa Justina/Santa Izabel junto ao Quilombo da Marambaia precisa ter destaque na região, como territórios essenciais para a conservação da natureza e da cultura ancestral de povos originários.



Como pesquisa inicial para a tese doutorado, pretende-se avançar no entendimento quantitativo dos percentuais de áreas florestadas que aumentaram na área, bem como, a influencia do manejo quilombola na produção socioambiental de seus territórios e também de comprovar que a delimitação destes territórios tradicionais no município de Mangaratiba precisam ser respeitados pois estes contribuem para a conservação da Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCORN, Janis B. Indigenous Peoples and Conservation. *Conservation Biology* Volume 7. No. 2, Jun, 1993.

ARRUTI, José Maurício Andion. Qual a contribuição do debate sobre Comunidades Quilombolas para o debate sobre Racismo Ambiental?. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, 2006.

Balée, William. *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany—the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. New York: Columbia University Press. 1994.

BATISTA, Erick Willy Weissenberg; NETO, Octavio Forti; PAULA, Quennedi Ubirajara de; PEREZ, Carolina da Silva. Legislação Ambiental e Agronegócio. *Revista Gestão em Foco – Edição nº 15 – Ano: 2023*

COELHO JUNIOR, Marcondes Geraldo. *Uso da terra e etnoconservação do solo em territórios quilombolas da Mata Atlântica*. 2023. 122 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

CONCEIÇÃO, Bruna Silva da. *A Percepção Ambiental da Comunidade Quilombola de Santa Justina/Santa Izabel, Mangaratiba-RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro). 2023. 123 f.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. USP. São Paulo, 1999.

FURLAN, Sueli. *Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade*. Agrária. São Paulo, nº 3, pp. 3-15, 2006.

FURLAN, Sueli; SOUZA, Rosemeri Melo e; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SOUZA, Bartolomeu Israel de. *Biogeografia: Reflexões Sobre Temas e Conceitos*. *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia e Pesquisa em Geografia*. (ANPEGE). p.97-115, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescentes do Quilombo da Marambaia*, 2015.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Remanescentes do Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, 2020.

LIMA, Paula W. Hidrologia florestal aplicada ao manejo de bacias hidrográficas. Apostila da USP- ESALQ. 245p. 2008

PASSOS, C. A. M. Aspectos Gerais dos Sistemas Agroflorestais. Cuiabá. Universidade Federal do Mato Grosso. 2003.

PESSOA, Thiago Campos. O Comércio Negreiro Na Clandestinidade: As Fazendas De Recepção De Africanos Da Família Souza Breves E Seus Cativos. Revista Afro-Ásia, 47 (2013), 43-78.

RAD2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023 - São Paulo, Brasil - MapBiomas, 2024 - 154 páginas <http://alerta.mapbiomas.org>

SILVA, Renan Mota. Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia/RJ: educação, ancestralidade e decolonialidade. 2021. 160f. Dissertação. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

SOUZA, R. Caracterização da biota do solo da Retinga da Marambaia, RJ, e estabelecimento de simbiose micorrízica em *Schinus terebinthifolius* Raddi. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, UFRRJ, Seropédica.

SOUZA, Juliana Santos de. Sobre Processos de Mediação de Conflitos : O Caso da Restinga da Marambaia / Juliana Santos de Souza. – 2011. 140 f.

THEVENIN, Talita Benaion Bezerra; THEVENIN, Julien Marius Reis. Florestas culturais: uma legítima conciliação entre homem e natureza. Revista Presença Geográfica. Rondônia, vol. 3, nº 19. 2019.

VARGAS, Karine Bueno. LAWALL, Sarah. Caminhos Biogeográficos do Brasil. Rio de Janeiro. 2024.